7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): "Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"

AT: Feminismos, Gênero e Sexualidades

A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA NA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NA DÉCADA DE 1960 À LUZ DA POLÍTICA DOS AFETOS

Ana Lívia Ayres Cardoso[1]

Ríllari Ferreira Castro e Silva[2]

06 de dezembro de 2024, Porto Alegre

[1] Mestranda em Relações Internacionais pelo PPGRI-UFU na linha de Política Externa e Instituições Internacionais, integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas-USP) e do Centro de Investigação em Rússia, Eurásia e Espaço Pós-Soviético (CIRE-STD).

[2] Mestranda e bolsista CNPq em Relações Internacionais pelo Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP), integrante das Iaras - Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Iaras-GEDES) e das MaRIas - Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas-USP).

Resumo
Esse trabalho tem como tema a instrumentalização da identidade da mulher na política externa soviética durante a década de 1960 a partir da Política dos Afetos. Tomamos como base a Política dos Afetos de Sarah Ahmed (2014) buscando investigar como emoções e afetos mobilizam tanto indivíduos quanto coletividades, sendo utilizados como ferramentas de coesão e de alcance de objetivos políticos. Conceitualizamos as masculinidades e a construção do Estado soviético como um Estado masculino para compreender como a identidade e as ações soviéticas estão relacionadas com as dinâmicas de gênero domésticas e como essas reverberam também em sua presença no internacional, de modo que rejeita a figura da nação chamada de *Soft Nation*. Por meio de revisão bibliográfica e sustentada pela teoria da Política dos Afetos, esta pesquisa busca analisar, por meio de uma revisão bibliográfica descritiva e narrativa, como emoções foram mobilizadas para construir e exportar a identidade da mulher soviética como elemento de distinção da URSS, afastando-a da ideia de *Soft Nation* e destacando a influência de valores internos na política externa soviética. Assim, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como a identidade da mulher soviética foi instrumentalizada pela política externa soviética na década de 1960? Como resultados iniciais compreende-se que a instrumentalização ocorre a partir dos papéis de gênero da URSS e com o objetivo de estabelecer uma imagem forte e masculina para a superpotência soviética.

Palavras-chave: Gênero; Identidade Soviética; Política dos Afetos.

Introdução

A Política dos Afetos, a partir de Sarah Ahmed (2014), e sua perspectiva apresentada e explorada na obra *The Cultural Politics of Emotion*, é o estudo de como emoções e afetos podem ser mobilizados tanto no âmbito individual quanto coletivo, além de corroborar para a obtenção de objetivos políticos. Nesse sentido, Ahmed (2014) compreende primeiramente que os Outros são a fonte de nossos sentimentos e essas emoções geradas moldam corpos individuais e coletivos. Assim, compreender quem é o Outro é muito importante, pois este irá variar a depender do contexto, este sempre será o corpo que está “fora do lugar”.

Um dos exemplos que podemos mencionar é o racial, assim, para brancos, os Outros serão os indivíduos não-brancos, ou seja, aqueles que estão deslocados, à margem da sociedade (Ahmed, 2014). Ademais, como nossas emoções são moldadas pelo Outro, logo, nossos sentimentos não acontecem porque o Outro é bom ou ruim, o que vai definir se o que é sentido é positivo ou negativo é como sou afetado pelo Outro, se ele é benéfico ou danoso para mim. No sentido político, é possível observar a cooptação de emoções demandantes, como ressentimento, ódio, medo e esperança. Essa situação pode ser muito

bem notada em discursos políticos, na criação de sentimento patriota, na construção de nações soberanas e até mesmo na hipermasculinização da política internacional (Ahmed, 2014). Diante disso, é possível afirmar que a emoção une o corpo social, logo, grupos são mobilizados por um sentimento em comum, como ódio, amor, medo, aversão, entre outros.

Um dos conceitos apresentados por Sarah Ahmed (2014) que está vinculado à teoria da política dos afetos é a *Soft Nation*. Para a autora, a *Soft Nation* é o Estado visto como "fraco" por ser facilmente comovido pelas narrativas do Outro (outras nações). Dessa forma, percebe-se o julgamento de que levar em consideração as emoções é ter o senso de juízo prejudicado. Assim, ser uma *Soft Nation* é o mesmo que ter o *Soft Touch*, que seria se distanciar dos padrões da hipermasculinização do Sistema Internacional. Isso demonstra haver uma percepção social acerca da existência de uma hierarquização das emoções, de forma que algumas demonstram mais força e outras seriam a demonstração de fraqueza.

A presente pesquisa concentra-se na década de 1960, período após a Segunda Guerra Mundial que levou à bipolarização do Sistema Internacional concentrando o poder na União Soviética e nos Estados Unidos (EUA). Para Donaldson e Nogee (1984) houve continuidades e mudanças na política externa soviética desde a época da Segunda Guerra Mundial. A continuidade é vista pelo endossamento da visão negativa e "maligna" dos EUA e a mudança é vista no fato de que "o antagonismo entre as superpotências ter sido quebrado por períodos de coexistência pacífica e de distensão" (Donaldson; Nogee, 1984, p. 2). A política externa soviética tem duas principais vias de operação que se relacionam e se autoinfluenciam: o Sistema Internacional e o Subsistema soviético (Donaldson; Nogee, 1984) e ambas são sustentadas pela ideologia comunista. Tendo isso em consideração, é perceptível que as tomadas de decisão no âmbito da política externa são justificadas a partir de questões ideológicas e doutrinárias domésticas.

Parte dos estudos voltados à política externa soviética apenas levam em conta as percepções e respostas do bloco a acontecimentos externos, considerando que a política externa soviética é diretamente influenciada pelas "ameaças" e "fracassos" vindos do exterior e que levam a mudanças abruptas nas tomadas de decisão (Gati, 1971). Apesar disso, há que se deslocar a atenção para "o complexo de variáveis que molda a política soviética – aquelas internas à URSS" (Dallin, 1971, p. 36). Dentre as variáveis internas, destacamos aqui a homogeneidade através da doutrina, a qual pode ser observada por meio do destaque dado à imagem da mulher soviética e às relações de gênero, visto que "o gênero sempre foi um princípio organizador fundamental do sistema soviético" (Ashwin, 2000, p. 1).

Dentro do sistema soviético, assim como dentro do Sistema Internacional, as relações entre indivíduos foram definidas por meio dos papéis de gênero designados às mulheres e aos homens. As mulheres tinham "[...] o dever de trabalhar, de produzir futuras

gerações de trabalhadores [...]" (Ashwin, 2000, p. 1), ocupando o espaço primordial de reprodução e tendo um tipo de cuidado diferenciado, a partir do Estado, apenas devido ao simbolismo de gerar as próximas gerações. Enquanto isso, os homens tinham sua masculinidade definida por meio da posição, em termos de trabalho, que ocupavam frente ao Estado, trazendo consigo a imagem de um Estado soviético masculinizado e afastando a URSS da ideia de *Soft Nation*. Esses papéis foram definidos no início do regime, sendo resgatados novamente na década de 1960 (Ashwin, 2000).

A partir dessas três variáveis e por meio de levantamento bibliográfico, o artigo tem o objetivo de compreender como a identidade da mulher soviética foi instrumentalizada pela política soviética na década de 1960. Assim, buscamos entender como a identidade da mulher soviética estava atrelada aos valores da política externa soviética e como se deu a mobilização de emoções para a construção e exportação da identidade da mulher soviética para o internacional. Para isso utilizaremos da metodologia de revisão bibliográfica baseando na teoria de política dos afetos.

1. Perspectiva de Gênero nas Relações Internacionais

A corrente teórica feminista foi uma das primeiras a inserir o gênero dentro dos estudos relacionados a política internacional. Para Scott (1995, p. 85) "a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX", momento em que a corrente feminista passou a questionar as hierarquias de gênero existentes nas instituições internacionais e nas relações de poder do Sistema Internacional. Ao considerar o gênero como uma categoria analítica (Scott, 1995) compreendemos esse a partir de uma construção social, cultural, política e econômica, que é relacional e é baseada em noções binárias de homem e mulher. Devido a isso que:

> Quando compreendemos que a diferenciação entre masculino e feminino não é apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades, podemos entender o gênero como categoria também presente em discursos e instituições, e em diferentes níveis da vida social – inclusive no nível internacional (Monte, 2013, p. 69).

Essa construção leva a elevação e maior valorização do papel masculino e inferiorização do feminino que se espalha pelas instituições políticas internacionais. O gênero como categoria analítica se torna assim essencial para a análise das relações de poder no Sistema Internacional visto que essas sempre estiveram marcadas pelo gênero. Levar em consideração o gênero nas análises de política internacional, leva a questionar não somente quem comanda esse poder como também "como algumas formas de poder de gênero são camufladas para que nem sequer pareçam poder" (Enloe, 2014). Se não

colocarmos em evidência a questão do gênero e, especificamente, a questão das mulheres, essas serão consideradas inexistentes (Enloe, 2014), sobretudo se basearmos as concepções sobre formulação de poder em estereótipos que podem justificar "estruturas sociais hierarquizadas e são políticos na medida em que significam a reprodução de relações de poder" (Monte, 2013, p. 70). Assim, investigar onde e como estão as mulheres dentro da política internacional é essencial para que o poder se torne menos generificado as hierarquias de gênero passem a ser questionadas, se tornando menos confortáveis para aqueles que se beneficiam da atual estrutura de poder.

A estrutura de poder e as hierarquias de gênero sempre mantiveram como único foco o papel masculino, tornando o campo masculinizado levando à camuflação do gênero, visto que os tomadores de decisão seriam todos homens (Parpart; Zalewski, 2008; Tickner, 1992). Junto a isso, temos que uma série de características, como racionalidade e força, são socialmente atribuídas a sujeitos masculinos elevando a posição social desses e os colocando como mais capazes de tomar decisões. Partir de uma perspectiva feminista nas Relações Internacionais expõe o profundo grau em que todo o Sistema Internacional não somente é povoado por homens como também aponta para o fato de que a ausência de Outros sujeitos reforçam as hierarquias de gênero construídas e presentes nesses locais, contribuindo para aumento e aprofundamento "desigualdades fundamentais entre mulheres e homens no mundo da política internacional" (Tickner, 1997, p. 621).

A partir disso concordamos com Tickner (1997, p. 615) ao dizer que "[...] gênero não diz respeito apenas às mulheres; diz respeito também aos homens e à masculinidade" visto que as Relações Internacionais são *malestream,*[3] ou seja, são construídas sob a perspectiva masculina que é generalizante. Isso é reforçado pelo fato de que "o conhecimento obtido das experiências das mulheres também permanece nas margens da análise da disciplina" (Narain, 2014, p. 180), fazendo que as mulheres, como sujeitos, permaneçam subordinadas e legitimando a atuação masculina. Com isso, a partir de uma perspectiva feminista, a pesquisa pretende compreender a construção e o papel organizacional do gênero na sociedade soviética. Da mesma forma busca-se explorar como a figura feminina e as dinâmicas de gênero foram instrumentalizadas pela URSS, como meio para a manutenção de uma identidade masculina no cenário internacional por meio de sua política externa.

---

[3] Conforme Youngs (2004, p. 76) "As Relações Internacionais Feministas identificaram como *malestream* a teoria das Relações Internacionais como um dos discursos que ajudam a perpetuar uma visão de mundo distorcida e parcial que reflete o poder desproporcional de controle e influência que os homens detêm, em vez da realidade social completa das vidas de mulheres, crianças e homens".

2. A construção do gênero na URSS

O gênero sempre teve um papel importante e bem definido na sociedade soviética, sendo um dos principais organizadores das relações em sociedade. Por meio das transformações dos padrões de gênero tradicionais, o Partido Comunista vislumbrou um meio para dominação doméstica. Nesse sentido, a dinâmica de gênero instituída foi entre o feminino e o masculino, na qual as mulheres ocupavam uma posição mais feminilizada, do cuidado da família, reprodução e também do trabalho, em troca da proteção do Estado. Assim, a masculinidade foi incorporada pelo próprio Estado soviético, visto que aos homens era destinado o papel de tomar decisões, formular políticas, promover o crescimento do Estado e disseminação dos ideais soviéticos. Individualmente, a masculinidade dos homens estava atrelada ao trabalho que desempenhavam para o Estado (Ashwin, 2000), ou seja, aqueles que se dedicavam ao crescimento do Estado tinham mais prestígio.

Retomando a questão do papel da mulher, este era visto como um propulsor para o controle estatal em relação à sociedade. É possível compreender isso por meio das classificações de atuação das mulheres como objetos do Estado de Anthias e Yuval-Davis (1989, *apud* Ashwin, 2000). Para as autoras, haviam quatro formas de atuação:

a) Como reprodutoras das fronteiras de grupos étnicos/nacionais;
b) Como participantes centrais na reprodução ideológica da coletividade e como transmissores da sua cultura;
c) Como significantes de diferenças étnicas/nacionais;
d) Como participantes em lutas nacionais, econômicas, políticas e militares.

Nos três primeiros casos, pode-se observar a correlação com a questão da reprodução, visto que a reprodução das fronteiras, diferenças, ideais e cultura, podem ser compreendidos como parte do “trabalho de uma mãe”, que ao criar os filhos acaba por ensinar e perpetuar determinados valores. O principal trabalho da mulher se tornava assim a reprodução, o corpo feminino seria o principal responsável pela formação e produção das próximas gerações, em que essas seriam essenciais para continuar a difundir os valores soviéticos.

Segundo Ashwin (2000), houve uma ruptura da estrutura familiar pré-existente, com o objetivo não de emancipação da mulher, mas sim da ruptura dos homens e das mulheres enquanto indivíduos, para que atuassem em favor do sistema. Dessa forma, o Estado passou a agir principalmente no âmbito discursivo, problematizando a instituição familiar e a posição da mulher nela e na sociedade como um todo. Essa problematização permitiu também maior intervenção na esfera privada e individual a partir de um discurso acerca de uma nova geração com relações mais saudáveis e livres entre homens e mulheres.

As mulheres eram vistas tanto como uma trava ao desenvolvimento soviético, quanto como impulsionadoras. Dentre as declarações de Stalin, pode-se destacar a afirmação de

que destacava o papel das mulheres como produtoras dos indivíduos que contribuíram para o progresso do país (Ashwin, 2000). O objetivo com essa visão era canalizar as energias das mulheres para priorização do bem coletivo, de forma a colaborarem com o sistema. Com isso, o Estado soviético passou a ser o maior incentivador da família, desde que essa fosse constituída conforme o ideal da sociedade soviética, ou seja, desde que fosse constituída por um homem, uma mulher e filhos, todos cisgêneros e heterossexuais.

Ainda em 1919 fora criado o *Zhenotdel*, departamento soviético para as mulheres, que atuavam na propagação dos ideais comunistas por meio de reuniões, leituras conjuntas e programas de alfabetização. Por isso, a emancipação feminina nunca foi o principal foco soviético, o objetivo central era a desestruturação da instituição familiar tradicional e a reconstrução da mesma conforme os padrões do sistema soviético (Ashwin, 2000). Às mulheres ainda era relegado o papel de mães e principais geradoras da futura geração de soviéticos e para mudar isso havia que as integrar ao trabalho para o Estado, visto que o trabalho realizado dentro do ambiente familiar não era considerado um trabalho.

Através do trabalho, as mulheres soviéticas estariam ainda mais sob os comandos do Estado e poderiam se desvincular da instituição patriarcal em que estavam sob os comandos privados dos seus maridos. Isso também estava intrinsecamente ligado à educação das crianças, que também seria responsabilidade primordial do Estado soviético. Esse movimento reforçou o papel masculino e as estruturas de gênero da sociedade soviética, em que os homens teriam o papel principal (Ashwin, 2000; Narain, 2014; Tickner, 1997).

Junto a isso, os homens soviéticos receberam ainda mais incentivos para que pudessem trabalhar e se autossatisfazerem publicamente em fazer parte da construção do Estado soviético. Mais, devido a isso também foram atribuídas às mulheres as responsabilidades pelas ações dos seus maridos, em prol da manutenção da boa imagem do regime soviético e dos seus homens. As mulheres soviéticas também ficaram encarregadas de transmitir, não somente para seus filhos, a ideologia e a cultura seguidas pelo Estado soviético. Isso era fundamental para que o Estado continuasse a ser o elemento primário no controle das relações sociais.

Cabe destacar também o período da Segunda Guerra Mundial, o qual traduziu de forma significativa o papel da mulher para a sociedade soviética, bem como teve impactos futuros, especialmente na década de 1960. Em 1942, o governo soviético convocou toda a população não produtiva entre dezesseis e quarenta e cinco anos, exceto grávidas, lactantes e mães que não tinham acesso ao serviço de creches e cuidadoras para seus filhos para atuarem nos trabalhos anteriormente ocupados pelos homens que estavam atuando no exército (Engel, 2006). Já em 1944, é instaurado o novo código familiar, o qual tinha como principais características a tentativa de diminuição das taxas de divórcio,

tornando-o ainda mais difícil e inacessível, ser pró-natalista (solteiros e casais com menos de três filhos eram multados, salvo algumas especificidades) e o culto a maternidade (mães, mesmo as solteiras, anteriormente estigmatizadas, recebiam apoio governamental) (Engel, 2006).

Após a guerra, as mídias voltam a reforçar ideais de gênero que já haviam sido superados, destacando o papel das mulheres como mães e representações de família para a qual os homens retornariam. Nesse contexto, os papéis domésticos das mulheres foram cada vez mais celebrados e, pouco a pouco, os homens retomaram os cargos bem remunerados e de altas responsabilidades que haviam sido conquistados pelas mulheres no período (Engel, 2006). Houve um movimento para que as mulheres tivessem mais filhos, devido às altas perdas da guerra, colocando a mulher, mais uma vez, no papel único e exclusivo de reprodutora. Barbara Engel (2006) destaca que o trabalho remunerado feminino passou a ser desvalorizado e colocado como um complemento do trabalho doméstico, o qual era tido como o trabalho principal.

A atuação doméstica das mulheres contemplava também a valorização e estímulo da autoestima dos homens no período pós-guerra. Além disso, as revistas femininas da época cultuavam a beleza, incentivando que as mulheres se tornassem “mais atraentes”, e ensinando cuidados com o lar, como cozinhar receitas e jardinagem (Engel, 2006). A pressão vivida pelas mulheres nesse período pós-guerra refletiu nas taxas de natalidade, de modo que, de 1 milhão de mulheres solteiras, 25% delas tiveram filhos em 1946, o que se repetiu na década de 1950, com o objetivo de, de certa forma, restituir a população perdida na guerra.

Com a morte de Joseph Stalin e o início do governo de Nikita Khrushchev, houve uma maior flexibilização referente à ‘questão das mulheres’, de modo que a principal mudança, ainda que contraditória foi em relação ao aborto. Então, em 1955 o aborto foi legalizado, mas ainda era defendida a ideia de que a reprodução era um dever das mulheres e o aborto um procedimento perigoso. Da mesma forma, ainda valorizando a maternidade e reprodução, as mulheres proletárias recuperaram o acesso à licença maternidade remunerada de dezesseis semanas, métodos contraceptivos não estavam disponíveis e o aborto continuou sendo um procedimento doloroso e humilhante para as mulheres que optavam por realizá-lo (Engel, 2006).

Com Khrushchev, o direito familiar continuou inalterado, de forma que o divórcio continuou sendo dificultado. Já no sentido econômico, o Estado buscou aliviar o fardo das duplas jornadas de trabalho das mulheres, a qual impedia que elas ingressassem, na quantidade desejada pelo governo, a força de trabalho estatal. Nesse sentido, a partir principalmente do árduo trabalho feminino, houve uma expansão dos projetos habitacionais estatais. Devido ao trabalho cansativo e desgastante, além das duplas jornadas de trabalho,

as mulheres não tinham energia para desenvolver suas habilidades para buscar empregos mais bem remunerados, de forma que ocupavam cargos para os quais eram super qualificadas (Engel, 2006).

Já sob o governo de Leonid Brezhnev, sucessor de Khrushchev, finalmente houve mudança mais expressiva em relação ao direito familiar. Em 1965, uma nova lei facilitou o processo de divórcio, além de ter estabelecido como uma violação as relações sexuais forçadas entre casais, também foram disponibilizados métodos contraceptivos de barreira, os quais frequentemente eram recusados a ser utilizados pelos homens (Engel, 2006). Isso permite a observação de que, ainda que recursos estivessem à disposição das mulheres, esses ainda não eram, de fato, acessados pela maioria e as principais decisões, como as relacionadas à reprodução ainda eram tomadas pelos homens, seguindo a lógica estatal de que o papel feminino estava atrelado à reprodução. Dessa forma, na década de 1960, o que se observa é o debate da "necessidade" do retorno aos papéis de gênero tradicionais. Na perspectiva pública, entendia-se que, com a maior participação social das mulheres, especialmente nos ambientes de trabalho, e o afastamento da figura materna, as mulheres haviam se masculinizado e os homens estavam sendo oprimidos (Ashwin, 2000). A suposta opressão masculina era sentida de forma simbólica, devido a maior abertura à atuação feminina.

Com o declínio da URSS as relações e hierarquias de gênero sofreram alterações devido à mudança ideológica soviética. O Estado é retirado do papel patriarcal, regulador de relações sociais e único protetor e promotor da população. Junto a isso, há uma mudança em relação à posição dos homens soviéticos frente à sociedade. Com a queda do Estado soviético, esses não teriam mais o papel de disseminadores da ideologia soviética, tendo assim tempo para se voltar aos trabalhos domésticos e de paternidade. Esse movimento relega os homens a um local de inferioridade, visto que esses não teriam mais 'nenhuma função' para o Estado ou sua família, como ideal patriótico. Enquanto as mulheres passavam a ocupar mais espaço no mercado de trabalho fora de casa e o conciliavam com o trabalho não remunerado da maternidade, os homens se sentiam rebaixados pois agora tinham seu valor definido somente através do trabalho, sem nenhuma ligação com o ideal da nação soviética.

3. Construção da Política Externa Soviética

Abordando de forma mais específica a política soviética e o período da década de 1960, período pós-Segunda Guerra Mundial que resultou na bipolarização do Sistema Internacional, com o poder concentrado entre a União Soviética e os Estados Unidos (EUA), é possível afirmar que houve continuidades e mudanças na política soviética (Donaldson; Nogee, 1984). O principal tema de orientação das políticas e que foi contínuo é a visão

negativa e pessimista sobre os EUA, enquanto a principal mudança se refere ao fato de que, durante a Segunda Guerra Mundial, “o antagonismo entre as superpotências ter sido quebrado por períodos de coexistência pacífica e de distensão” (Donaldson; Nogee, 1984, p. 2).

A política externa soviética tem duas principais vias de operação que se relacionam e se autoinfluenciam: o Sistema Internacional e o Subsistema soviético (Donaldson; Nogee, 1984) e ambas são sustentadas pela ideologia comunista. Tendo isso em consideração, é perceptível que as tomadas de decisão no âmbito da política externa são justificadas a partir de questões ideológicas e doutrinárias domésticas. Para essa pesquisa, consideram-se especialmente as ideologias e percepções acerca do gênero, bem como essas influenciaram a identidade política assumida pelo Estado.

A partir de 1960 o anti-stalinismo ficou mais forte na URSS. Na época, Khrushchev aprovou a publicação de peças artísticas que atacavam o antigo regime comandado por Stalin, passando a rejeitar qualquer menção ao mesmo. O movimento era de remover a visão positiva que a população havia construído por Stalin seguindo pela instalação de uma nova identidade, a identidade ética nacional russa (Hopf, 2006**).** Na política externa estabeleceu-se um discurso de desinstitucionalização do Stalinismo visitando uma identidade estritamente russa, em detrimento de outras identidades. Khrushchev também acusou de não patrióticos todos os que discordavam das suas ações e se mostravam contrários ao novo regime soviético.

Enquanto Khrushchev deu maior ênfase ao anti stalinismo na política para as repúblicas, Brejnev atuou com repressão de indivíduos dissidentes da identidade homogênea que se buscava construir. Ao mesmo passo, a China continuava a perpetuar os ideais soviéticos stalinistas, esse modelo apoiou aqueles que defendiam a diferença nacional, ao apontar uma realidade socialista alternativa, àquela existente na URSS, a qual retomava os valores do Novo Homem Soviético (NSM). Isso remete a ideologia já aplicada anos antes relacionada à hierarquia de gênero, em que o homem soviético seria mais prestigiado pois sua representação máxima seria o Estado, também masculino. Nesse cenário, o medo da diferença existente entre as elites políticas levou a um movimento maior de preservação do que era considerado a nova norma da identidade. Isso pode ser explicado pela centralidade do discurso em um único Secretário-Geral, o que também justifica mudanças abruptas de discurso quando ocorria a troca do cargo (Hopf, 2006).

O discurso de diferença produzido pela Nação soviética visava colocar em destaque a nova forma que a Nação se comportava frente ao Sistema Internacional. A diferença no discurso repousava na oposição ao discurso da parte Ocidental do globo o qual era tratado como imperialista, logo, o bloco soviético adota uma identidade que reconhece um mundo que está passando pelo processo de descolonização, que com o apoio e o sistema

soviético, resultaria em uma zona de paz. O aumento do discurso chinês relacionado ao stalinismo induziu a ações mais fortes da URSS para combater essas ideias e manter sua imagem como a única vanguarda socialista (Hopf, 2012).

Contudo, a construção da identidade soviética, apesar dos entraves com a identidade chinesa, não foi ameaçada pelo processo de ruptura ocorrido na década de 1960, momento em que a União Soviética enfrentou tensões com a China, o que levou a ruptura das relações sino-soviéticas, levando a retirada de todos os conselheiros soviéticos da China. Em relação à identidade, a URSS se fortalece pois explica a ortodoxia chinesa por meio de uma suposta posição de inferioridade da China no processo de progresso revolucionário soviético. Enquanto a URSS era capaz de explicar suas alterações de discurso a mudanças de perspectiva no decorrer de sua trajetória, a China, por ter se fixado ao stalinismo, não era capaz de explicar tais desvios (Hopf, 2012).

A partir da compreensão do cenário que se desenvolvia nas principais relações internacionais soviéticas, bem como no desenvolvimento de sua política externa, nota-se o quanto o posicionamento anti-stalinista, após a morte de Joseph Stalin foi capaz de influenciar não só as dinâmicas domésticas voltadas ao gênero, como também as relações com outras nações. No âmbito do gênero, nota-se um certo progressismo no discurso, mesmo que limitado na prática, mas sempre conforme as orientações estatais, visto que as mulheres ainda eram vistas como responsáveis pela reprodução, o que consequentemente as responsabilizava pela educação e transmissão de valores nacionais. Na política externa nota-se também a transmissão de uma ideia de mudança, ao passo que ainda se restringe o contato com Estados com ideologias contrárias através de justificativas discursivas, como se observa no caso da China.

Desse modo, pode-se considerar o medo e a aversão existentes aos atores que poderiam representar algum tipo de ameaça à identidade soviética. Nesse caso, as mulheres, caso ocupassem papéis diferentes daqueles designados pelo Estado, comprometeriam o funcionamento doméstico “ideal” estabelecido pelo governo. Da mesma forma, dar espaço para relações com países, pode ser compreendido como dar espaço a narrativa do Outro, o que pode desestabilizar a identidade do Eu e, consequentemente, demonstrar estar em uma posição de fraqueza. Essa lógica pode ser compreendida por meio de conceitos como Masculinidades e *Soft Nation*, que serão apresentados em sequência.

4. Masculinidades, *Soft Nation* e Política dos Afetos

A partir disso utilizamos o conceito de masculinidades para compreender os comportamentos do Estado soviético no Sistema Internacional. A masculinidade é definida como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das

relações de gênero" (Connell, 1995, p. 188). Ou seja, há um padrão estabelecido dentro das relações sociais e esse padrão é masculino. Esse padrão se espalha e atinge a construção do Estado, de forma que:

> Os padrões são especificados sobre o que significa ser um Estado (homem) adequado no contexto da política internacional. Estes padrões fornecem os parâmetros para o que pode ser considerado um Estado (homem), mas permitem a discriminação entre atributos e ações mais ou menos majestosos (masculinos). Além disso, proporcionam um meio de identificar quando um Estado está sendo ou a comporta-se de uma forma que contradiz a sua 'Estateidade' (tornando-se pouco viril ou emasculado) (Hutchings, 2008, p. 32).

Com isso, estabelece-se que Estados fortes representam mais a masculinidade que Estados fracos, pois os primeiros representariam a figura de 'verdadeiros homens' no Sistema Internacional (Hutchings, 2008). Os Estados se comportam como masculinos devido à credibilidade, racionalidade e confiança que isso lhes dá, pois se associando aos papéis masculinos automaticamente se assume as características que são esperadas de homens em uma hierarquia de gênero. Um Estado masculino é um Estado forte, viril, poderoso, que não teme as mudanças do Sistema Internacional. É também um Estado protetor, que sabe cuidar da sua população para que o melhor seja feito para a Nação, assim é um Estado que não mede esforços para defender sua Nação.

Assim, a lógica patriarcal, ao colocar os sujeitos masculinos em uma posição de proteção também coloca aqueles não-masculinos, como mulheres, na posição de protegidos, subordinados e dependentes (Young, 2003). Esse mesmo movimento ocorre quando os Estados estão alinhados a características masculinas, que colocam sua população, especialmente mulheres, como dependentes de proteção. Young (2003) localiza esse posicionamento dentro de uma lógica de segurança exercida pelo Estado que se coloca não como autoritário e repressivo, mas sim como disposto a se sacrificar pelo bem maior de suas mulheres. Estas, por sua vez, dentro dessa lógica, seriam gratas pela proteção que lhes é dada através do Estado e cada vez mais se subordinariam a eles.

Assim, as hierarquias de gênero, apontadas pelas autoras feministas, são nítidas na lógica de proteção tanto do Estado quanto dos indivíduos masculinos. Ou seja, a proteção estatal fundamentada na masculinidade do Estado, na qual quanto mais masculino este for mais proteção será capaz de fornecer a seus cidadãos, segue a mesma lógica presente na associação masculina a proteção e segurança de mulheres. Assim, "Não são as ações em si, mas as interpretações de gênero colocadas sobre elas que são cruciais para determinar quais atividades contam como masculinas e valorizadas e quais contam como femininas e desvalorizadas" (Hooper, 2001, p. 47-48).

A associação direta à masculinidade leva ao desdém às características associadas à feminilidade, visto que ambas são relacionais e definidas pela diferença de uma a outra

(Hooper, 2001). A feminilidade apresentaria todas as características opostas à masculinidade, ou seja, fraqueza, irracionalidade, covardia e medo. Diante do Sistema Internacional, essas características seriam impraticáveis, pois não haveria como defender a Nação se essa fosse vista como feminina. Isso ocorre pois a masculinidade e características associadas ao masculino sempre são valorizadas em detrimento da feminilidade e características femininas (Hutchings, 2008). “Além disso, a masculinidade é um problema porque incorpora uma lógica hierárquica de exclusão da mulher e do feminino” (Hutchings, 2008, p. 25) reforçando as hierarquias de gênero.

No caso das relações entre Estados, pode-se afirmar que a busca por essa masculinidade na verdade é a busca por uma masculinidade hegemônica. O conceito surgiu na década de 1980, a partir de estudos sobre desigualdades sociais nas escolas australianas, especialmente no artigo *Towards a New Sociology of Masculinity.* Este trabalho apresentou um modelo que explora diferentes masculinidades e relações de poder. A noção de hegemonia, segundo Connell e Messerschmidt (2013), deriva do conceito gramsciano, utilizado para entender relações de classe, assim, a masculinidade hegemônica pode ser definida como um padrão de práticas que perpetua a dominação do homem cis, hétero e branco sobre as mulheres. A masculinidade é construída em relação às feminilidades, refletindo dinâmicas de poder institucional entre indivíduos. Além da masculinidade hegemônica, há masculinidades que ocupam posições subordinadas. A ordem de gênero expõe a supremacia da masculinidade hegemônica sobre as feminilidades e outras masculinidades, o que sustenta um sistema de dominação de gênero (De Jesus, 2014). Concordamos com Hooper (2001, p. 75-76) ao dizer que:

> As práticas masculinistas trabalham tanto para manter o status da masculinidade hegemônica quanto para garantir que ela evolua para atender aos requisitos de retenção de poder e privilégio para homens de elite (geralmente brancos, de classe média ou alta, heterossexuais) sob circunstâncias mutáveis.

A Política dos Afetos, conforme Sarah Ahmed em *The Cultural Politics of Emotion* (2014), estuda como emoções e afetos podem ser mobilizados individual e coletivamente para alcançar objetivos políticos. Ainda, cabe destacar, que assim como o gênero e noções de masculinidade, essa perspectiva teórica surge em um contexto de hierarquia nas Ciências Sociais, de modo que as emoções sempre foram negadas, enquanto a racionalidade sempre foi compreendida como ideal, revelando a existência de uma hierarquização entre as emoções. Assim, Sara Ahmed compreende que a racionalidade também é uma emoção, mas que algumas emoções (como racionalidade) são compreendidas como superiores e masculinas, enquanto outras, como empatia, são inferiorizadas e associadas ao feminino.

Ahmed argumenta que os Outros são a fonte de nossos sentimentos, moldando corpos individuais e coletivos. A identificação do Outro varia conforme o contexto, sendo sempre o corpo ‘fora do lugar’. Por exemplo, para brancos, os Outros são não-brancos, marginalizados na sociedade. As emoções não surgem pela bondade ou maldade do Outro, mas pelo impacto que ele causa, seja benéfico ou prejudicial. Nesse sentido, a partir dos afetos e da percepção do Eu sobre o Outro, identidades são construídas no âmbito individual, doméstico e internacional. Segundo Ted Hopf (1998; 2002), as identidades são formadas a partir dos encontros, do discurso, rotina e hábitos, os quais constituem os atores. Outro aspecto das identidades é a outridade, ou alteridade, ou seja, as identidades só se formam e podem ser compreendidas a partir do conhecimento sobre a existência do Outro, pois é este contato que permite a percepção de uma diferença e de uma barreira, os corpos para a Política dos Afetos, entre o Eu e o Outro.

Para aprofundar o debate sobre outridade, é possível recorrer à obra de William Connolly (1989). Neste texto, Connolly argumenta que a descoberta do outro não apenas revela sua existência, mas também promove um processo de redescoberta do eu. Assim, nossa identidade é moldada em grande parte pelo reconhecimento da presença do outro (Connolly, 1989). Essa interdependência pode ser observada em várias situações, como nas identidades dentro do cristianismo e nos processos de colonização. Para que o "Eu" cristão, profundo e confesso, possa se afirmar nesta identidade, é fundamental a existência do "Outro" pagão, visto como egocêntrico e superficial. No caso da colonização podemos recorrer à chegada de Colombo à América. Para que pudesse se afirmar como descobridor e colonizador, é necessário o contato com o inexplorado, que recebe a identificação de selvagem, primitivo e colonizado (Connolly, 1989).

Politicamente, emoções como ressentimento, ódio, medo e esperança são cooptadas, visíveis em discursos que criam patriotismo, soberania nacional e hiper masculinização da política internacional. A emoção une corpos sociais, mobilizando grupos com sentimentos comuns. Ahmed (2014) também apresenta o conceito de *Soft Nation*, Estados vistos como ‘fracos’ por serem facilmente influenciados por narrativas externas, mostrando uma hierarquia das emoções onde algumas demonstram força e outras demonstram fraqueza. O conceito de *Soft Nation* reforça novamente a existência de identidades existentes, criadas e fortalecidas através do discurso, bem como a noção de que “as percepções dos outros e a atribuição de seus motivos dependerão das emoções preexistentes dos atores e dos relacionamentos emocionais entre os atores” (Crawford, 2000, p. 119). Partimos da premissa de que ainda que os sentimentos sejam experienciados internamente os significados que são atribuídos e associados a esses sentimentos são construídos culturalmente e a partir da interação com outros indivíduos (Crawford, 2000). Dessa forma, essa mesma premissa pode ser aplicada aos comportamentos estatais que

também evocam emoções para justificar ou não os posicionamentos tomados no âmbito político.

Estudos da política externa soviética geralmente focam em percepções e respostas a ameaças externas, mas é crucial considerar variáveis internas que moldam a política, como a homogeneidade doutrinária e relações de gênero. As mulheres tinham o dever de trabalhar e gerar novas gerações, enquanto os homens tinham sua masculinidade definida pelo trabalho. Além disso, a própria URSS demonstrava essa dureza e tanto internamente com as repúblicas, quanto com a China, por exemplo. Dessa forma, é possível compreender que essa inflexibilidade soviética diante de outras ideias e identidades pode ser considerada um produto do medo e preocupação de ter sua própria identidade afetada pelo Outro. Ainda, considerando o contexto da Guerra Fria, pode-se refletir acerca da mesma lógica, visto que se tratava de um conflito ideológico, no qual ideias e valores estavam em embate e na disputa por maior adesão (Westad, 2010; Engerman, 2010). Assim, quanto mais impermeável, aos ideais inimigos, ou seja, aos ideais estadunidenses, menos chances de que minha identidade seja afetada, afastando a URSS do conceito de *Soft Nation*.

Conclusão

A posição da mulher na sociedade soviética teve um impacto significativo na construção da identidade nacional e Estatal promovida pelo Estado Soviético. A instrumentalização da imagem da mulher soviética, com ênfase no seu papel produtivo e reprodutivo, foi essencial para criação de uma comunidade que buscava refletir os valores ideológicos do regime soviético. Ao atribuir às mulheres a responsabilidade pela produção e reprodução da força de trabalho, o Estado soviético reforçava a importância da contribuição feminina para a nação, ao mesmo tempo em que sustentava uma hierarquia de gênero que posicionava a masculinidade no centro do poder e da autoridade, concentrando a identidade masculina no próprio Estado. Ainda, apesar dos pequenos avanços, especialmente no direito da família e atuação das mulheres no âmbito trabalhista, sempre se enfatizou que o principal papel feminino era o da reprodução e maternidade, de modo que nos anos de 1960, valores mais tradicionais relacionados ao gênero e à família ganharam força nos discursos. Isso, somado a força de trabalho exercida pelas mulheres, resulta em uma sobrecarga e relega as mulheres a um papel subjugado na sociedade.

A identidade nacional soviética, fundamentada na ideologia comunista e nas dinâmicas de gênero, teve implicações diretas na política externa e nas relações da União Soviética no Sistema Internacional. A promoção de uma identidade nacional forte e, até certo ponto, coesa foi um instrumento crucial para a União Soviética na sua estratégia de projeção de poder e influência global. A percepção de uma nação unida e dedicada aos valores comunistas reforçava a legitimidade do regime tanto internamente quanto em sua

política externa, onde buscava posicionar-se como um líder alternativo ao bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos.

Ao utilizar os conceitos de masculinidades e política das emoções, observamos que a União Soviética, principalmente a Rússia, buscou se distanciar da imagem de *Soft Nation*, associada à fraqueza e vulnerabilidade. O Estado Soviético buscou alinhar-se com os ideais de masculinidade hegemônica, ligados à força, racionalidade e domínio. Esse alinhamento foi utilizado como um instrumento político para afirmar a superioridade da URSS no Sistema Internacional. Dessa maneira, as dinâmicas de gênero e a construção da identidade nacional deixam nítido como a URSS instrumentalizou esses elementos para fortalecer sua posição no cenário internacional. A busca por uma identidade nacional forte e a rejeição da imagem de *Soft Nation* refletem um esforço consciente e constante de projetar uma masculinidade hegemônica que legitimasse o poder soviético e sua influência global, consolidando sua posição como uma superpotência imponente.

Neste sentido, percebe-se que em suas interações no cenário internacional, bem como em sua política externa para outros Estados, como se nota no caso da China, há a adoção de uma identidade masculinizada. Isso, de certa forma, reforça a dinâmica de gênero estabelecida domesticamente, onde a figura masculina está sempre acima da feminina. Com isso, entende-se que a União Soviética utilizou da instrumentalização do papel feminino e de gênero, como meio para sua projeção internacional enquanto Estado forte, racional e masculino, rejeitando ser ou parecer ser uma *Soft Nation* e reforçando os estereótipos e símbolos associados a uma superpotência, como forma de manter sua hegemonia.

Referências

ASHWIN, S (Ed.). **Gender, state, and society in Soviet and post-Soviet Russia**. London: Routledge, 2000.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: Masculinidade hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241, 201

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, 20(2): 185-206, jul.-dez., 1995.

CONNOLY, William. E. “Identity and Difference in Global Politics” in J. Der Derian and M. J. Shapiro (eds.), **International/intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, p. 323-342, 1989.

CRAWFORD, N. C. ‘The Passion of World Politics: Propositions on Emotion and Emotional Relationships’, **International Security,** 24, no. 1: 116-156, 2000.

DE JESUS, D. S. V. Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 109, p. 309-364, 2014.

ENGEL, B. A. Women and the state. In: PERRIE, Maureen; LIEVEN, D. C. B.; SUNY, Ronald Grigor (Ed.). **The Cambridge History of Russia**: Volume 3, The Twentieth Century. Cambridge University Press, 2006. p.468 - 494.

ENGERMAN, D. C. Ideology and the origins of the Cold War, 1917–1962. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 20 - 43.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. 2. ed., Berkeley. Los Angeles. London: University of California Press, 2014.

HOOPER, C. **Manly States: masculinities, international relations, and gender politics.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

HOPF, T. Moscow's foreign policy, 1945–2000: identities, institutions and interests. In: PERRIE, Maureen; LIEVEN, D. C. B.; SUNY, Ronald Grigor (Ed.). **The Cambridge History of Russia**: Volume 3, The Twentieth Century. Cambridge University Press, 2006. p.662 - 705.

HOPF, T. **Reconstructing the Cold War**: the early years, 1945-1958. Oxford University Press, 2012.

HOPF, T. **Social construction of international politics: identities & foreign policies, Moscow, 1955 and 1999**. Cornell University Press, 2002.

HOPF, T. The promise of constructivism in international relations theory. **International security**, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

HUTCHINGS, K. Cognitive short cuts. **IN: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (eds). Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations.** New York: Zed Books, 2008.

MONTE, I. X. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas [online].** 2013, v. 21, n. 1, pp. 59-80. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100004. Acesso em 24 Jul. 2024.

NARAIN, S. Gender in International Relations: Feminist Perspectives of J. Ann Tickner. **Indian Journal of Gender Studies**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 179–197, 2014. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0971521514525085. Acesso em 10 jun. 2024.

PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. Introduction: rethinking the man question. **IN: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (EDS). Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations**. New York: Zed Books, 2008.

TICKNER, A. **Gender in International Relations.** New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, A. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 611–632, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2), 1995.

WESTAD, O. A. The Cold War and the international history of the twentieth century. In: LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1 - 19.

YOUNG, I. M. The Logic of Masculinist Protection: Reflections on the Current Security State. **Signs**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1–25, 2003.

YOUNGS, G. Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world ‘we’ live in. **International Affairs**, 80(1), 75-87, 2004.